

URBANISMO E LICENCIAMENTO

GABINETE DA SECRETÁRIA

SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIM-PROC DESPACHOS: LISTA 2017-2-204

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIA-MENTO

ENDERECO: RUA SAO BENTO, 405 - 18 ANDAR
PROCESSOS DA UNIDADE SMUL/GETEL
2017-0.080.824-5 ELCIO FLORENCIO
INDEFERIDO
INDEFERIDO, NOS TERMOS DO PARAGRAFO UNICO DO ARTIGO 57 DA LEI N 16.642/17 POR NAO ATENDIMENTO DE COMUNIQUE-SE NO PRAZO REGULAMENTAR.

COORDENADORIA DE PARCELAMENTO DO SOLO E HAB. DE INTERESSE SOCIAL

ENDERECO: RUA SAO BENTO, 405
PROCESSOS DA UNIDADE SMUL/PARHIS-4
2017-0.149.616-6 REGINA GODOI LEMES
DEFERIDO
"DEFERIDO O PEDIDO DE CERTIDÃO DE CONFRONTAÇÃO, NOS TERMOS DO DECRETO N.51.714/2010".

2017-0.150.718-4 MARIA GORETTI MARQUES DO AMARAL NASCIMENTO

INDEFERIDO
"INDEFERIDO O PEDIDO DE CERTIDÃO DE CONFRONTAÇÃO, NOS TERMOS DO DECRETO 51.714/2010 E LEI 15.764/2013, EM QUE AS CERTIDÕES APENAS SERÃO EMITIDAS POR PARHIS QUANDO REFERENTES A LOTES ORIUNDOS DE PARCELAMENTO DO SOLO APROVADOS E CADASTRADOS, NÃO É POSSÍVEL AFIRMAR COM PRECISÃO OS REAIS CONFRONTANTES DO IMÓVEL, PODENDO O INTERESSADO INGRESSAR COM MEDIDAS PERTINENTES CONFORME DISPOSTO NA LEI N.6.015/73 ATRAVÉS DE PROCEDIMENTOS PRÓPRIOS".

2017-0.156.509-5 ANTONIO GERALDO LOURENCO

INDEFERIDO
"INDEFERIDO O PEDIDO DE CERTIDÃO DE CONFRONTAÇÃO, NOS TERMOS DO DECRETO 51.714/2010 E LEI 15.764/2013, EM QUE AS CERTIDÕES APENAS SERÃO EMITIDAS POR PARHIS QUANDO REFERENTES A LOTES ORIUNDOS DE PARCELAMENTO DO SOLO APROVADOS E CADASTRADOS, E CONSIDERANDO O FATO QUE SE TRATA DE GLEBA EM ZONA RURAL QUE NÃO INTEGRA AS COMPETÊNCIAS DESTA DIVISÃO, NÃO É POSSÍVEL AFIRMAR COM PRECISÃO OS REAIS CONFRONTANTES DO IMÓVEL, PODENDO O INTERESSADO INGRESSAR COM MEDIDAS PERTINENTES CONFORME DISPOSTO NA LEI N.6.015/73 ATRAVÉS DE PROCEDIMENTOS PRÓPRIOS".

2017-0.158.107-4 FERNANDA C OLIVEIRA DOS SANTOS

INDEFERIDO
"INDEFERIDO O PEDIDO DE CERTIDÃO DE CONFRONTAÇÃO, NOS TERMOS DO DECRETO 51.714/2010 E LEI 15.764/2013, EM QUE AS CERTIDÕES APENAS SERÃO EMITIDAS POR PARHIS QUANDO REFERENTES A LOTES ORIUNDOS DE PARCELAMENTO DO SOLO APROVADOS E CADASTRADOS, NÃO É POSSÍVEL AFIRMAR COM PRECISÃO OS REAIS CONFRONTANTES DO IMÓVEL, PODENDO O INTERESSADO INGRESSAR COM MEDIDAS PERTINENTES CONFORME DISPOSTO NA LEI N.6.015/73 ATRAVÉS DE PROCEDIMENTOS PRÓPRIOS".

EDITAL DE DESPACHO (SISACOE)

SUPERVISAO GERAL DE ADMINIST. E FINANCAS - SEL/SGAF

RUA SAO BENTO, 405 - SE
DESPACHOS DO(A) GABINETE DO COODENADOR SEL/RESID - G

2014-0074682-1 SQUINCRA 0004118400081-1 002 KLABIN SEGALL SAO PAULO 20

RECONSIDERACAO DE DESPACHO DE ALVARA DE APROVACAO DE EDIFICACAO NOVA

DEFERIDO:
DEFERIDO O PEDIDO DE RECONSIDERACAO DE DESPACHO DE ALVARA DE APROVACAO DE EDIFICACAO NOVA, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR LEI Nº 16.050/14, LEI Nº 11.228/92, LEI Nº 16.402/16, DECRETO Nº 44.703/04, DECRETO Nº 32.329/92, DECRETO Nº 45.817/05, DECRETO Nº 57.521/16 PARECER TÉCNICO AMBIENTAL Nº 115/DEPAVE-DPAA/2017, OFÍCIO Nº749/SCA/472 DO IV COMANDO AÉREO REGIONAL - COMAR, INFORMAÇÃO TÉCNICA N.º 400/GTAC/2017 DE SVM/DECONT.

COORD.EDIF.SERVICO E USO INSTITUCIONAL - SEL/SERVIN

RUA SAO BENTO, 405 - SE
DESPACHOS DO(A) GABINETE DO COODENADOR - SEL/SERVIN G

2014-0225155-2 SQUINCRA 0015916900881-1 011 MITRA ARQUIDIOCESANA DE SAO PAULO

RECONSIDERACAO DE DESPACHO DE ALVARA DE APROVACAO E EXECUCAO DE REFORMA

DEFERIDO:
DEFERIDO, NOS TERMOS DAS LEIS 11.228/1992, 13.885/2004, 16.050/2014 E 8.382/1976 E DECRETOS 46.932/2006, 32.329/1992 E 45.817/2005.

RECONSIDERACAO DE DESPACHO DE AUTO DE REGULARIZACAO

INDEFERIDO:
INDEFERIDO, CONFORME ART. 59, ITEM III DA LEI 16.642/2017 C/C ART. 106 DO DECRETO 57.776/2017 (NÃO ATENDIMENTO DE COMUNIQUE-SE).

2015-0284686-8 SQUINCRA 0003700800231-1 004 WALDIR GUBEISSI PINTO

APOSTILAMENTO DE ALVARA DE APROVACAO E EXECUCAO DE EDIFICACAO NOVA

INDEFERIDO:
INDEFERIDO, À VISTA DO CONTIDO NA INFORMAÇÃO Nº 1684/ 2017/ SMUL/AJ.
DESPACHOS DO(A) DIVISAO TEC.EDIF.SERV.E USO INST. GRANDE PORTE SEL/SERVIN 3

2015-0302027-0 SQUINCRA 0004500300104-1 009 M I X E M P R E E N D I M E N T O S E P A R T I C I P A C O E S L T D A

ALVARA DE APROVACAO E EXECUCAO DE REFORMA

DEFERIDO:
DEFERIDO O PEDIDO DE ALVARA DE APROVACAO E EXECUCAO DE REFORMA NOS TERMOS DA LEI Nº 11.228/1992, LEI Nº 13.885/2004, LEI Nº 16.050/2014 E DECRETO Nº 32.329/1992..

COORD. EDIF. USO COMERCIAL E INDUSTRIAL - SEL/COMIN

RUA SAO BENTO, 405 - SE
DESPACHOS DO(A) GABINETE DO COORDENADOR SEL/COMIN - G

2014-0179377-7 SQUINCRA 0006420900301-1 018 NADIR FIGUEIREDO INDUSTRIA E

RECONSIDERACAO DESPACHO DE ALVARA DE APROVACAO E EXECUCAO DE EDIFICACAO NOVA

INDEFERIDO:
INDEFERIDO, O PEDIDO DE ALVARÁ DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO DE EDIFICAÇÃO NOVA, NOS TERMOS DO ARTIGO 59, INCISO III DA LEI 16.642/17 (NÃO ATENDIMENTO DO COMUNIQUE-SE).

COORD.PARC.SOLO E HAB.INTERESSE SOCIAL - SEL/PARHIS

RUA SAO BENTO, 405 - SE
DESPACHOS DO(A) GABINETE DO COORDENADOR SEL/PARHIS G

2014-0234765-7 SQUINCRA 0002601400730-1 001 STYLIANOS TSIRAKIS

RECONSIDERACAO DE DESPACHO DE ALVARA DE APROVACAO DE EDIFICACAO NOVA

INDEFERIDO:
INDEFERIDO O PEDIDO DE RECURSO DE DESPACHO DE ALVARA DE APROVAÇÃO DE EDIFICAÇÃO NOVA, NOS TERMOS DO INCISO III DO ARTIGO 59 DA LEI 16.642/17, TENDO EM VISTA O NÃO ATENDIMENTO DO COMUNIQUE-SE EM ESPECIAL A MATRÍCULA RETIFICADA E O CONVÊNIO.

DESPACHOS DO(A) DIVISAO TECNICA HABITACAO DE INTERESSE SOCIAL SEL/PARHIS 1

2017-0028937-0 SQUINCRA 0011407200037-1 001 CLAUDIO GUSMAN

ALVARA DE APROVACAO E EXECUCAO DE EDIFICACAO NOVA

DEFERIDO:
DEFERIDO ALVARA DE APROVACAO E EXECUCAO DE EDIFICACAO NOVA NOS TERMOS DA(S) LEIS 11.228/92, 16.050/14, 16.402/16, DECRETOS 32.329/92, 57.377/16, 57.521/16..

DESPACHOS DO(A) DIVISAO TEC.DIRETRIZES E PARCELAMENTO DO SOLO SEL/PARHIS 3

2014-0309718-2 SQUINCRA 0006029700421-1 004 PEABIRU TRABALHO COMUNITARIO E

APOSTILAMENTO DE CERTIDAO DE CONFORMIDADE DA PRPEFEITURA

DEFERIDO:
DEFERIDO, PROCEDA-SE O APOSTILAMENTO DE CERTIDAO DE CONFORMIDADE DA PREFEITURA SOB Nº 2016/19218-00, PUBLICADO NO DOM EM 17/09/2016 , ATRAVES DO PROCESSO N. 2014-0.309.718-2, FAZENDO CONSTAR: (1.) SUBSTITUIR AREA TOTAL DOS LOTES DE 2,00 M² PARA AREA TOTAL DOS LOTES DE 9.940,79 M²; (2.) SUBSTITUIR AUTOR E RESPONSAVEL TECNICO ODENIR CAMPOS SALLES POR AUTOR E RESPONS-VEL TECNICO CAIO SANTO AMORE DE CARVALHO; (3.) SUBSTITUIR O PROPRIETARIO SANTIM EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA POR ASSOCIAÇÃO SANTA ZITA E MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA LESTE 1.

2016-0050252-7 SQUINCRA 0007700100012-1 013 QUEIROZ GALVAO YPIRANGA DESENV.

CERTIDAO DE DIRETRIZES PARA DESMEMBRAMENTO

DEFERIDO:
DEFERIDO O PEDIDO DE CERTIDAO DE DIRETRIZES PARA DESMEMBRAMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 10 DA LEI 9.413/81, DA LEI Nº 13.885/04 E § 3º DO ARTIGO 41 DO DECRETO Nº 57.558/16 .

COORD.ATIV. ESPECIAL E SEGURANCA DE USO - SEL/SEGUR

RUA SAO BENTO, 405 - SE
DESPACHOS DO(A) GABINETE DO COORDENADOR SEL/SEGUR G

2006-0156568-8 SQUINCRA 0008565200019-1 087 GLOBO COMUNICACOES E PARTICIPACOES

RECONSIDERACAO DE DESPACHO DE AUTO DE REGULARIZACAO

INDEFERIDO:
INDEFIRO O PRESENTE TENDO EM VISTA O NÃO ATENDIMENTO DO COMUNIQUE-SE PUBLICADO EM 24/05/2017, NOS TERMOS DO ARTIGO 106 DO DECRETO Nº 57.776/17, INCISO III DO ARTIGO 59 DA LEI 16.642/17 E O DESACORDO COM A LEI 13.756/04.

2011-0226636-8 SQUINCRA 0000206603614-1 003 VIVO S/A

AUTO DE REGULARIZACAO

INDEFERIDO:
INDEFIRO A PRESENTE PROCESSO NOS TERMOS DA PORTARIA 4/13/SEL-G E DA LEI 13.756/04 REGULAMENTADA PELO DECRETO 44.944/04, INFORMANDO QUE A DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA NÃO ATENDE INTEGRALMENTE O SOLICITADO NO RELATÓRIO DE ANÁLISE DE ERB. ENCERRANDO ASSIM OS RECURSOS PREVISTOS CONFORME TAC VIVO.

2014-0336742-2 SQUINCRA 0013320100598-1 001 BARCELONA COMERCIO VAREJISTA E

RECONSIDERACAO DE DESPACHO ALVARA DE FUNCIONAMENTO DE SISTEMA DE SEGURANCA

DEFERIDO:
DEFIRO A PRESENTE SOLICITAÇÃO DE ALVARÁ DE APROVAÇÃO, EXECUÇÃO E FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA, FACE ÀS INFORMAÇÕES APRESENTADAS, NOS TERMOS DA LEI 11.228/92 E DECRETO 32.329/92 E NORMAS DE SEGURANÇA.

2015-0093222-8 SQUINCRA 0019006300021-1 001 AMERICAN TOWER DO BRASIL - CESSAO

RECONSIDERACAO DE DESPACHO DE ALVARA DE EXECUCAO DE ESTACAO RADIO BASE

INDEFERIDO:
INDEFIRO O PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO DE DESPACHO, PELO NÃO ATENDIMENTO SATISFATÓRIO DO COMUNIQUE-SE PUBLICADO EM 26/05/2017, NOS TERMOS DO INCISO III DO ARTIGO 59 DA LEI 16.642/17 E NA INSTÂNCIA PREVISTA NOS ARTIGOS 106 E 107 DO DECRETO Nº 57.776/17, QUE REGULAMENTO-OU A LEI 16.642/17.

2016-0265104-0 SQUINCRA 0001902800893-1 015 AUTO POSTO V E V LTDA

RECONSIDERACAO DE DESPACHO DE ALVARA DE FUNCIONAMENTO DE EQUIPAMENTO

INDEFERIDO:
INDEFIRO O PRESENTE TENDO EM VISTA QUE NÃO FORAM APRESENTADOS ELEMENTOS QUE VIÉSSEM ATENDER INTEGRALMENTE OS MOTIVOS DO INDEFERIMENTO ANTERIOR, NOS TERMOS DO ITEM I DO ARTIGO 59 DA LEI 16.642/17 E NA INSTÂNCIA PREVISTA NOS ARTIGOS 106 E 107 DO DECRETO Nº 57.776/17, QUE REGULAMENTOU A LEI 16.642/17.

DESPACHOS DO(A) DIVISAO TEC.ADAPT. ACESSIB. E SEGURANCA DE USO SEL/SEGUR 2

2009-0342264-2 SQUINCRA 0004015700015-1 013 COATS CORRENTE LTDA.

CERTIFICADO DE ACESSIBILIDADE

DEFERIDO:
A INICIAL, DEFIRO A PRESENTE SOLICITAÇÃO DO CERTIFICADO DE ACESSIBILIDADE, FACE ÀS INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS APRESENTADOS, NOS TERMOS DA LEI 11.228/92, LEI 11.345/93, DECRETO 32.329/92 E DECRETO 45.122/04.

2014-0209138-5 SQUINCRA 0000502102489-1 005 CONDOMINIO EDIFICIO BOA VISTA

AUTO DE VERIFICACAO DE SEGURANCA

DEFERIDO:
A INICIAL, DEFIRO A INICIAL. EXPEÇA-SE O AUTO DE VERIFICAÇÃO DE SEGURANÇA PARA O LOCAL, NOS TERMOS DO DECRETO 17.216/81, A VISTA DAS INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS APRESENTADOS PELOS RESPONSÁVEIS TÉCNICOS QUE ATESTAM A SEGURANÇA E ESTABILIDADE DA EDIFICAÇÃO, NOS TERMOS DA SEÇÃO 3N DO DECRETO 32.329/92 E LEGISLAÇÃO SUPERVENIENTE.

2016-0272007-6 SQUINCRA 0030612100631-1 008 CB ANHEMBI COMERCIO DE ALIMENTOS

CERTIFICADO DE ACESSIBILIDADE

INDEFERIDO:
A INICIAL, INDEFIRO O PRESENTE COM BASE NO PARAGRAFO 1º DO ART. 26 DO DECRETO 57.776 DE 07 DE JULHO DE 2017, TENDO EM VISTA QUE O ASSUNTO TRATADO FOI OBJETO DE ANÁLISE ATRAVÉS DO PROCESSO 2016-0085.992-1 DE ALVARÁ DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO DE REFORMA PARA O QUAL FOI EMITIDO O AUTO DE CONCLUSÃO SOB Nº 2017/81424-00.

DESPACHOS DO(A) DIVISAO TECNICA DE LOCAL DE REUNIAO SEL/SEGUR 3

2017-0105744-8 SQUINCRA 0019701100289-1 031 ESCOLA BEIT YAACOV

REVALIDACAO DO ALVARA DE FUNCIONAMENTO DO LOCAL DE REUNIAO

DEFERIDO:
A INICIAL, DEFIRO O PEDIDO DA INICIAL E REVALIDO O ALVARA DE FUNCIONAMENTO DE LOCAL DE REUNIAO N 2013/36159-00 PARA ESCOLA BEIT YAACOV, LOCALIZADO A AV MARQUES DE SAO VICENTE, 001748 - BARRA FUNDA, PARA UMA POPULAÇÃO MAXIMA DE 633 PESSOAS E UMA ÁREA DE 1507,78 M2.

2017-0142331-2 SQUINCRA 0020005800011-1 235 D+3 PRODUCOES LTDA

ALVARA DE AUTORIZACAO

DEFERIDO:
A INICIAL, DEFIRO O PEDIDO DE ALVARA DE AUTORIZACAO PARA O EVENTO * SHELL OPEN AIR SÃO PAULO 2017 * A SER REALIZADO NO(A) JOCKEY CLUB - DATA DO EVENTO: 08/11/2017 A 26/11/2017, PARA UMA LOTACÃO MÁXIMA DE 1300 PESSOAS.

2017-0151124-6 SQUINCRA 0001401700055-1 025 A5 - COMERCIO DE ALIMENTOS E BEBIDAS

REVALIDACAO DO ALVARA DE FUNCIONAMENTO DO LOCAL DE REUNIAO

DEFERIDO:
A INICIAL, DEFIRO O PEDIDO DA INICIAL E REVALIDO O ALVARA DE FUNCIONAMENTO DE LOCAL DE REUNIAO N 2016/18859-0 PARA A5 COM.DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA, LOCALIZADO A R AUGUSTA, 2805 - 2809 - CERQUEIRA CESAR, PARA UMA POPULAÇÃO MAXIMA DE 318 PESSOAS E UMA AREA DE 1076,44 M2.

2017-0154319-9 SQUINCRA 0030607901877-1 131 SAE BRASIL

ALVARA DE AUTORIZACAO

DEFERIDO:
A INICIAL, DEFIRO O PEDIDO DE ALVARA DE AUTORIZACAO PARA O *26º CONGRESSO E MOSTRA INTERNACIONAL DE TECNOLOGIA DA MOBILIDADE* A SER REALIZADO NO(A) CENTRO DE EVENTOS PRO MAGNO* - DATA DO EVENTO: 07 A 09/11/2017, PARA UMA LOTACÃO MÁXIMA DE 1000 PESSOAS.

2017-0154327-0 SQUINCRA 0008731401708-1 734 ZUM BRAZIL EVENTOS LTDA

ALVARA DE AUTORIZACAO

DEFERIDO:
A INICIAL, DEFIRO O PEDIDO DE ALVARA DE AUTORIZACAO PARA O *IT FORUM EXPO 2017* A SER REALIZADO NO(A) TRANSAMERICA EXPO CENTER - PAVILHÕES D & E - DATA DO EVENTO: 07 A 08/11/2017, PARA UMA LOTACÃO MÁXIMA DE 2044 PESSOAS.

2017-0154357-1 SQUINCRA 0008322800169-1 056 PARTE PRODUCOES CULTURAIS LTDA

ALVARA DE AUTORIZACAO

INDEFERIDO:
A INICIAL, INDEFIRO O PRESENTE PEDIDO DE ALVARA DE AUTORIZACAO PARA O *FEIRA PARTE 2017*, A SER REALIZADO NO(A) *CLUBE HEBRAICA, TENDO EM VISTA A EXISTÊNCIA DE REVALIDACAO DE ALVARA DE FUNCIONAMENTO DE LOCAL DE REUNIAO Nº 2017/00269-00, PUBLICADO NO D.O.C EM 31/12/2016, PARA O USO, LOCAL E LOTACÃO PRETENDIDOS, CONFORME O DISPOSTO NO DECRETO 49.969/2008, ARTIGO 5º, § 4.

2017-0155438-7 SQUINCRA 0007970000010-1 628 MARIO FERREIRA CASCAO CIRCO ME

ALVARA DE AUTORIZACAO

DEFERIDO:
A INICIAL, DEFIRO O PEDIDO DE ALVARA DE AUTORIZACAO PARA O EVENTO * CIRCO FANTASTICO * A SER REALIZADO NO(A) EST.SHOP. PARQUE CONTINENTAL - DATA DO EVENTO: 10/11/2017 A 12/11/2017 E 14/11/2017 A 26/11/2017, PARA UMA LOTACÃO MÁXIMA DE 900 PESSOAS.

2017-0163384-8 SQUINCRA 0008731401708-1 730 ANDRE ROBERTI COACHING E SERVICOS

DE MARKETING EIR

ALVARA DE AUTORIZACAO

INDEFERIDO:
A INICIAL, INDEFIRO O PRESENTE PEDIDO DE ALVARA DE AUTORIZACAO PARA O *TPS + GRAND SHOW 2017*, A SER REALIZADO NO TRANSAMERICA EXPO CENTER - PAVILHÃO B, TENDO EM VISTA A EXISTÊNCIA DE REVALIDAÇÃO DE ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO DO LOCAL DE REUNIÃO Nº 2017/20667-00, PUBLICADO NO D.O.C EM 28/10/2017, PARA O USO E LOCAL PRETENDIDOS, CONFORME O DISPOSTO NO DECRETO 49.969/2008, ARTIGO 5º, § 4, DEVENDO A LOTACÃO MÁXIMA SER RESPEITADA..

COORDENADORIA DE ATIVIDADE ESPECIAL E SEGURANCA DE USO

SEGUR-3

SMUL/SEGUR-3

DESPACHO DO DIRETOR DE DIVISÃO.
2017-0.163.018-0 - ALL AROUND THE BRAND PUBLICIDADE E PROMOÇÃO LTDA. - AV. REBOUÇAS, 2416 Defiro o pedido de ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO para o evento "RD MIDIA DAY" a ser realizado no AV. REBOUÇAS, 2416. Data do Evento: 08/11/2017 a 09/11/2017, para lotação máxima de 280 pessoas.

SMUL/SEGUR-3

DESPACHO DO DIRETOR DE DIVISÃO.
2017-0.158.184-8 - BULLET EVENTOS E MARKETING LTDA. - AV. PEDRO ALVARES CABRAL, 99999 Defiro o pedido de ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO para o evento "GOOGLE NEXT SUMMIT" a ser realizado no PAVILHÃO BIENAL SÃO PAULO. Data do Evento: 08/11/2017 a 09/11/2017, para lotação máxima de 1200 pessoas.

GABINETE DA SECRETÁRIA

PORTARIA Nº 336/ 2017 / SMUL.G

HELOISA M. SALLES PENTEADO PROENÇA, Secretária Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL, no uso das atribuições legais e regulamentares,CONSIDERANDO a necessidade de cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, que institui o Estatuto da Metrópole, determinando a realização de audiências públicas para a ampliação do conhecimento e propiciar discussões sobre a elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo – PDUI/ RMSP;CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 57.925, de 10 de Outubro de 2017, que dispõe sobre a convocação de servidores públicos municipais para trabalhar nas audiências públicas do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado - PDUI no Município de São Paulo;CONSIDERANDO que o Decreto nº 57.925, de 10 de Outubro de 2017, estabelece em seu artigo 3º, que os servidores públicos municipais que efetivamente participarem do treinamento e trabalharem nas 3 (três) audiências públicas, serão concedidos 2 (dois) dias de descanso, como compensação pelos períodos adicionais trabalhados, os quais serão usufruídos, de comum acordo com as respectivas chefias, até o dia 31 de dezembro de 2017;RESOLVE:Art. 1º Conceder 2 (dois) dias de descanso, como compensação pela participação no treinamento do dia 17 de outubro de 2017 e pelos períodos adicionais trabalhados nas 3 (três) audiências públicas dos dias 18, 21 e 25 de outubro de 2017, aos servidores públicos municipais: Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL: ANA MARIA GAMBIER CAMPOS 309.744-7, AYMAR MENDES SOARES 610.391-0, JOSÉ LUIZ INÁCIO 594.811-8, MARIA STELLA CARDEAL DE OLIVEIRA 752.111-1, THALLES MARCIUS DE MORAIS 740.665-7, Secretária Municipal de Governo – SMG, SIMONE DE FARIA FRANCO GOSLING 817.807-1, RAFAEL PEREIRA DA SILVA 827.424-0. Art. 2º Os dias de descanso de que trata o artigo 1º serão usufruídos de comum acordo com as respectivas chefias, até o dia 31 de dezembro de 2017. Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. HELOISA M. SALLES PENTEADO PROENÇA Secretária Municipal de Urbanismo e Licenciamento

SECRETARIA EXECUTIVA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

COMISSÃO DE PROTEÇÃO À PAISAGEM URBANA

DESPACHO DO PRESIDENTE

DESPACHO SMUL.SEOC.CPPU/5276678/2017
Processo: 6068.2017/0000446-5
Interessado: VISUAL FARM PRODUÇÕES LTDA
Local: VÁRIOS
Assunto: PROJEÇÃO MAPEADA - "CHAVE DO CENTRO" PROCESSO DEFERIDO

1. A vista do solicitado pelo interessado da reconsideração do Despacho SMUL/SEOC/CPPU/5113044, das manifestações da Gerência de Planejamento (5254698) e (5257113), da Lei nº 14.223/2006, da Resolução SMDU.CPPU/001/2010 (Regimento Interno) e da Resolução SMDU.CPPU/008/2011, o presente processo não requer submissão ao colegiado da Comissão de Proteção à Paisagem Urbana – CPPU.

2. Nestes termos, DEFIRO a aprovação da comunicação visual do evento cultural denominado “Chave do Centro”, envolvendo projeções em quatro empenas cegas do Distrito Santa Cecília – Prefeitura Regional Sé, com nova data de realização, no período de 10 de novembro a 10 de dezembro de 2017, das 17h00 às 23h59, condicionado ao atendimento integral do disposto na Resolução SMDU.CPPU/008/2011, que regulamenta a projeção temporária de filmes, desenhos, fotos e imagens em geral em fachadas de edifícios, monumentos e demais construções visíveis de logradouro público, no Município de São Paulo, e, ainda, à apresentação dos conteúdos finais a serem projetados previamente à data de realização do evento, para ciência.

3. A presente anuência não isenta o interessado da obtenção das demais autorizações previstas na legislação vigente, em especial da Companhia de Engenharia de Tráfego – CET e da Prefeitura Regional competente.

DESPACHO SMUL.SEOC.CPPU/5291941/2017

Processo: 6068.2017/0000474-0
Interessado: EPIPIFANIA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA
Local: VÁRIOS
Assunto: INTERVENÇÃO URBANA - "LIGA DA JUSTIÇA" PROCESSO INDEFERIDO

1. A vista do solicitado pelo interessado da reconsideração do Despacho SMUL/SEOC/CPPU/5050249, das manifestações da Gerência de Planejamento (5287675) e (5289118), da Lei nº 14.223/2006 e da Resolução SMDU.CPPU/001/2010 (Regimento Interno), o presente processo não requer submissão ao colegiado da Comissão de Proteção à Paisagem Urbana – CPPU.

2. Nestes termos, INDEFIRO a aprovação da comunicação visual da de projeção dos símbolos dos super-heróis da Liga da Justiça, com canhão de luz, em seis pontos da cidade de São Paulo, com nova data de realização, no período de 09 a 14 de novembro de 2017, das 18h00 às 23h00, a partir do entendimento de que a exibição de logomarca da Liga da Justiça e de símbolos representativos de seus personagens associada à data de lançamento do filme no Brasil, em 16 de novembro de 2017, configura fins predominantemente promocionais ou publicitários, sendo, portanto, proibida em espaços públicos ou visíveis de logradouro público no Município de São Paulo, nos termos da Lei Municipal nº 14.223/2006.

DESPACHO SMUL.SEOC.CPPU/5296312

Processo: 6068.2017/0000516-0
Interessado: ESPORTE CLUBE PINHEIROS
Local: AV ANGELINA

pelo Perímetro de Requalificação Urbana das Quadras 37 e 38, de que trata o artigo 1º deste Regimento.

§ 1º – Cada membro titular do Conselho terá um suplente.

§ 2º – Assumirão a titularidade os membros representantes suplentes, quando da ausência de seus titulares.

§ 3º – A composição do Conselho Gestor é a seguinte:

Do Poder Público:

I – Dois (02) membros da Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB/COHAB – e respectivos suplentes;

II – Um (01) membro da Prefeitura Regional da Sé – Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais SMPR e respectivo suplente;

III – Um (01) membro da Secretária Municipal de Urbanismo e Licenciamento e respectivo suplente;

IV – Um (01) membro da Secretária Municipal de Serviços e Obras e respectivo suplente;

V – Um (01) membro da Secretária Municipal de Governo e respectivo suplente;

VI – Um (01) membro da Secretária Municipal de Assistência Social e respectivo suplente;

VII – Um (01) membro da Secretária Municipal de Direitos Humanos e respectivo suplente;

VIII – Um (01) membro da Secretária Municipal de Justiça e respectivo suplente;

IX – Um (01) membro da Secretaria Estadual da Habitação e respectivo suplente;

Da sociedade civil:

X – 10 (dez) membros titulares e respectivos suplentes em representação dos moradores, proprietários, comerciantes, organizações e associações que atuam nas áreas abrangidas pelo perímetro da Requalificação Urbana.

Capítulo III – Do Mandato, Estrutura, Substituição dos Membro e Renovação do Conselho

Art. 5º – O mandato dos conselheiros será de 03 anos, permitindo-se a reeleição por uma única vez e por igual período.

§ 1º – Os conselheiros representantes do Poder Público, serão reconduzidos por meio de indicação do titular da pasta ao Secretário Municipal da Habitação, que fará sua designação através de Portaria publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo.

§ 2º – O processo de eleição do Conselho Gestor, no seu segundo mandato, deverá ser discutido pelos conselheiros e aprovado, por maioria simples, em reunião ordinária, no prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias antes do término de um mandato de 03 (três) anos.

Art. 6º – O mandato dos conselheiros por se tratar de uma atividade de relevante interesse público, será exercido sem implicar em remuneração de qualquer espécie.

Art. 7º – Para o cumprimento de suas atribuições, o Conselho Gestor da ZEIS 3 conta com a seguinte estrutura:

I – Plenário, formado pelos conselheiros

II – Coordenador

III- Comissões Técnicas e/ou Grupos de Trabalho

§ 1º – A coordenação do Conselho Gestor será exercida por representante da Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB/COHAB, indicado pelo titular da pasta. I – Na ausência do Coordenador, suas funções serão transferidas para seu suplente.

II – Na ausência do Coordenador titular e suplente, suas funções serão transferidas para o 2 º Titular da Pasta.

III – Na ausência do 2º Titular suas funções serão transferidas para seu suplente.

IV – Na ausência dos dois titulares e respectivos suplentes as atividades poderão ser suspensas; após deliberação dos Conselheiros presentes.

§ 2º – Para auxiliar o desenvolvimento das atribuições do Conselho poderão ser criados Comissões Técnicas e/ou Grupos Técnicos, por deliberação do plenário.

Art. 8º – A ausência injustificada de conselheiros titulares e/ou dos suplentes a 04 (quatro) reuniões ordinárias e/ou extraordinárias consecutivas, ou ainda a 06 (seis) alternadas no período de 12 meses implicará na perda do mandato e na consequente substituição por outro representante do mesmo segmento, da seguinte forma:

I – Os conselheiros representantes das Secretarias, referidas nos incisos I a IX do Artigo 4º serão substituídos por nova indicação, pelo respectivo titular da pasta representada;

II – Os representantes da população moradora das ZEIS, referidos no inciso X do Artigo 4º, serão substituídos pela ordem de votação obtida na eleição de representantes de moradores e comerciantes realizada em 29 de julho de 2017 e publicada no Diário Oficial do Município em 05 de agosto de 2017.

Capítulo IV– Das atribuições

Art. 9º – As atribuições do Conselho, de acordo com o estipulado no artigo 48 da Lei Municipal 16.050 de 31 de julho de 2014, e nos Artigos 51 e 52 do Decreto Municipal 57.377, são as seguintes:

I – Elaborar e aprovar seu regimento interno;

II – Aprovar e validar o cadastramento de moradores da área de intervenção realizado previamente pela Secretaria Municipal de Habitação,

III – Aprovar o plano de ação social e de pós-ocupação;

IV – Participar da elaboração, acompanhar e aprovar as Diretrizes para o Plano de Requalificação Urbana;

V – Informar a população moradora das Quadras 37 e 38 – Campos Elíseos, e de seu entorno, quando for o caso, sobre ações previstas, articular e promover o debate das propostas, bem como definir e regulamentar os mecanismos de comunicação e informação;

VI – Examinar propostas, denúncias e queixas, relativas ao desenvolvimento e implementação do plano de requalificação urbana e projetos vinculados, encaminhadas por qualquer pessoa ou entidade atuante na ZEIS 3 das Quadras 37 e 38, e a elas responder.

Art. 10º – São atribuições do Coordenador do Conselho Gestor:

I – Representar o Conselho Gestor frente a outros órgãos da Administração, da Sociedade Civil; como também, perante os entes do Poder Judiciário;

II – Solicitar a substituição do conselheiro (a) no caso de perda do mandato, nos termos do Artigo 8º deste Regimento;

III – Convocar, organizar a ordem do dia e coordenar as reuniões do Conselho Gestor, cumprindo e fazendo cumprir este regulamento;

IV – Definir número de inscrições para os debates, ajustar o tempo de discussão para as propostas apresentadas e a necessidade de ouvir os questionamentos ou não, dos presentes, entre outros.

V – Convocar reuniões extraordinárias, quando da necessidade do Conselho Gestor;

VI – Propor comissões e/ou grupos de trabalhos para realizar estudos ou providências julgadas relevantes para as atribuições ou ações do Conselho Gestor;

VII – Convocar, sempre que necessário, representantes de órgãos públicos e/ou concessionárias, bem como especialistas para tratar de assuntos relacionados à área objeto da requalificação urbana;

VIII – Propor datas e prazos para apreciação e aprovação das propostas;

IX – Guardar os documentos e registros relativos às atividades do Conselho Gestor; e

X – Tomar às providencias cabíveis para implantar as deliberações do Conselho Gestor.

Art. 11 – São atribuições da Secretária Executiva:

I – Secretariar as reuniões do Conselho;

II – Receber, preparar, expedir documentos e correspondências do Coordenador e dos Conselheiros;

III – Anotar todos os assuntos tratados nas reuniões, acompanhar a lavratura das respectivas atas e proceder à sua leitura;

IV– Organizar os serviços de registro e arquivo das atas e demais documentos produzidos pelo Conselho;

V – Preparar e submeter ao Coordenador, para distribuição ao Conselho, a relação dos expedientes recebidos, obedecendo a ordem cronológica disposta na pauta da reunião;

VI – Entregar aos Conselheiros, todos os expedientes relacionados aos temas que a eles dizem respeito;

VII – Propor ao Coordenador a pauta, ou a ordem dos assuntos a serem submetidos à apreciação do Conselho;

VIII – Encaminhar anualmente ao Coordenador, com a necessária antecedência, o levantamento estatístico do número de reuniões do Conselho, e do comparecimento de seus membros bem como dos assuntos e expedientes analisados;

IX – Publicar as decisões do Conselho;

X – Inscrever os registros nos Livros de Tombo, conforme orientação do Coordenador do Conselho.

Art. 12º – São atribuições dos Conselheiros:

I – Comparecer às reuniões do Conselho Gestor ou justificar sua ausência;

II – Comunicar sua ausência em tempo hábil ao Coordenador ou à Secretária Executiva do Conselho;

III – Apreciar, discutir e votar as propostas;

IV – Apresentar propostas;

V – Solicitar à inclusão de matéria na ordem do dia, inclusive para reuniões subsequentes, bem como, propor a discussão prioritária nos assuntos de pauta;

VI – Informar e promover o debate das propostas e divulgar as deliberações e os comunicados do Conselho Gestor aos moradores interessados da área de intervenção do Plano de Requalificação Urbana;

VII – Respeitar e zelar pelo cumprimento das finalidades do Conselho Gestor e deste Regimento Interno.

§ 1º – Qualquer conselheiro presente, motivadamente, poderá apresentar pedido de vista da matéria constante na Pauta.

§ 2º – O pedido de vista deverá ser aprovado com 1/3 dos votos (30%), dentre os Conselheiros presentes.

§ 3º – Se concedido pedido de vista, o processo deverá ser apresentado na reunião subsequente.

§ 4º – Será permitido somente 1 pedido de vista por processo.

Capítulo V - Do Funcionamento do Conselho Gestor

Art. 13º – O Conselho Gestor reunir-se-á ordinariamente a cada trinta dias (30) e extraordinariamente quando necessário, através de convocação específica.

§ 1º – As reuniões ordinárias deverão ser convocadas com dez (10) dias de antecedência, com envio da ata da reunião anterior para leitura, discussão e aprovação conforme inciso V do artigo 13º.

§ 2º – Os Conselheiros da Sociedade Civil e/ou Poder Público deverão encaminhar com antecedência mínima de sete (07) dias à realização das reuniões, os assuntos que julgarem importantes para que sejam incluídos nas pautas correspondentes (ordem do dia), bem como material de apoio relativo à pauta da reunião.

§ 3º – As reuniões deverão ser informadas aos Conselheiros na convocação, discriminando a matéria em votação, com antecedência mínima de dez (10) dias da realização da reunião ordinária.

§ 4º – As reuniões extraordinárias serão convocadas com antecedência mínima de 72 horas.

Art. 14º – As reuniões ordinárias ocorrerão toda as terças ou quartas (de cada mês), horário das 18h30 às 20h30, exceto no mês de dezembro ou quando a data estabelecida coincidir com feriado, nesses casos a reunião será realizada na semana que antecede.

§ 1º – As reuniões terão tempo máximo previsto de 120 minutos de duração, podendo se estender até 180 minutos, quando se julgar necessário e em comum acordo entre os Conselheiros

§ 2º – Sempre que possível, a reunião ordinária seguinte será agendada na reunião anterior, constando da Ata correspondente.

Art. 15º – Os membros suplentes podem participar das reuniões do Conselho Gestor com direito a voz, mas não a voto.

§ Único – Na ausência do membro titular, seu respectivo suplente presente na reunião terá direito a voto.

Art. 16º – As reuniões ordinárias ou extraordinárias serão instaladas com a presença do Coordenador ou seu suplente (SEHAB), em primeira chamada às 18h30, e em segunda chamada às 18h45, com o quórum mínimo de ½ dos membros do Conselho Gestor, no caso de reuniões deliberativas, e de ¼ dos membros do Conselho Gestor nos demais casos, desde que esteja presente ao menos um representante da sociedade civil. Na ausência de ¼ dos membros, a reunião será cancelada e a pauta transferida para próxima reunião.

Art. 17º – A discussão ou votação de matéria da ordem do dia poderá ser adiada por uma vez, por deliberação do Conselho Gestor.

Art. 18º – As deliberações do Conselho Gestor serão tomadas por maioria simples (50%+1) dentre os presentes, não computando as abstenções, cabendo ao Coordenador, em caso de empate, reabrir a discussão e o debate, por um tempo de (30) minutos, e novamente colocar a proposta para votação, persistindo o resultado, caberá ao Coordenador do conselho o voto de desempate.

§ 1º – Fica vedada a votação de matéria não constante da pauta e previamente divulgada encaminhada aos Conselheiros.

§ 2º – As votações serão sempre abertas públicas, podendo ser assistidas por quaisquer interessados.

§ 3º – A votação será nominal e constará em ata.

§ 4º – O Conselheiro poderá abster-se de votar quando se julgar impedido.

§ 5º – As causas de impedimento se darão nos seguintes casos:

I – Quando o(a) Conselheiro(a) se sentir, por qualquer forma, coagido(a) à decidir de uma determinada maneira;

II – Quando, em algum momento passado, teve atuação profissional ou relação pessoal com as empresas ou profissionais que serão contratados nos trabalhos das desapropriações;

III – Quando for parte em processo ou promover ação contra empresas que sejam contratadas nas desapropriações;

IV – Quando for sócio ou membro de direção ou de administração de pessoa jurídica em atividades que guardem relação com as desenvolvidas pelas empresas contratadas nas desapropriações.

Art. 19º – As reuniões do Conselho Gestor terão participação livre dos moradores e interessados na condição de ouvintes sem direito a votos, podendo manifestar-se da tribuna, excepcionalmente, somente com autorização do presidente da sessão, pelo tempo máximo de 05 (cinco) minutos.

§ 1º – As reuniões do Conselho poderão ter captação de áudio e vídeo pelos órgãos oficiais da Administração para posterior divulgação nos canais da Prefeitura, independente de prévia autorização.

§ 2º – As reuniões deverão acontecer em local próximo às quadras 37 e 38, sempre que possível, para garantir presença e participação da população.

Art. 20º – Os assuntos tratados e as deliberações tomadas em cada reunião serão registrados em ata, a qual será lida e aprovada no início da reunião subsequente e publicada em diário oficial.

Art. 21º – Das Atas constarão:

I – Dia, mês, ano, local e hora de abertura e encerramento da reunião;

II – Nome e assinatura dos conselheiros, demais pessoas presentes;

III – Resumo da matéria incluída na ordem do dia;

IV – Conteúdo das discussões, inclusive protestos;

V – Deliberações tomadas, registrando o número de votos contra, a favor e abstenções;

VI – Resumo de cada informe, onde conste de forma sucinta o assunto e sugestões apresentadas.

Capítulo VI - Do Conflito de Interesses

Art. 22 – Suscita conflito de interesses o exercício de atividades por agente público ou privado incumbido de atuação pública, incluído o da alta administração, que contrarie o interesse público e beneficie interesses particulares, como:

I – A prestação de serviços à pessoa física ou jurídica ou manutenção de vínculo de negócio com pessoa física ou jurídica que tenha interesse em decisão individual ou coletiva do Município, em matéria que se relacione com a finalidade da unidade ou serviço em que esteja lotado ou funcionando no momento;

II – O uso de influência, de forma direta ou indireta, cujo agente público ou privado tenha acesso em razão do cargo ou atuação na administração, para benefício privado próprio ou de outrem;

III – O uso ou vazamento seletivo de informação sigilosa, em proveito próprio ou de outrem, à qual o agente público ou privado tenha acesso em razão do cargo ou atuação na administração.

§ 1º – A ocorrência de conflito de interesses independe do recebimento direto ou por meio de terceiros de qualquer ganho, vantagens ou retribuição pelo agente público ou privado que desempenhe função na administração.

§ 2º – Qualquer Conselheiro que se enquadrar nas cláusulas anteriores de conflito de interesses poderão ser substituídos ou impedidos de atuar, por determinação do Coordenador do Conselho.

Capítulo VI– Disposições Finais

Art. 23º – Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno deverão ser resolvidos preferencialmente pelos Conselheiros em reunião ordinária ou, havendo urgência, por meio de reunião extraordinária convocada pelo Coordenador do Conselho Gestor.

Art. 24º – O presente Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da Cidade e poderá ser modificado com aprovação da maioria simples dos membros do Conselho Gestor.

§ Único – De acordo com a necessidade, a proposta de modificação, poderá ser apreciada em sessão extraordinária convocada pelo Coordenador do Conselho.

HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GABINETE DO SUPERINTENDENTE

SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIM-PROC DESPACHOS: LISTA 2017-2-204

GERENCIA TECNICA DOS SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO

ENDERECO: RUA CASTRO ALVES 60 2 ANDAR
PROCESSOS DA UNIDADE HSPM/PROTOCOLO 2017-0.164.341-0
ALEXANDRO DE OLIVEIRA SOUSA DEFERIDO
NOS TERMOS DO PARECER DA PROCURADORA.
2017-0.165.161-7
ALESSANDRA APARECIDA DA SILVA DEFERIDO
NOS TERMOS DO PARECER DA PROCURADORA.

DIVISÃO ADMINISTRATIVA

NOTIFICAÇÃO

OLIVEIRA E SOUZA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA-ME

Notificação de penalidade – Nota Fiscal nº 9778

NOTIFICAMOS Vossa Senhoria que essa empresa encontra-se na iminência de ser apenada com multa no montante de 3% sobre o valor de R\$ 2.940,00 (dois mil, novecentos e quarenta reais) em virtude do atraso na entrega do item constante na Nota de Empenho nº 2157/2017, previsto no subitem 6.2.2 do item 6.2 da CLÁUSULA SEXTA – PENALIDADES, do Termo 659/2016 de Contrato, Processo Administrativo nº 6210.2017/0003850-6 que está com vistas franqueadas, fazendo-o com fundamento nos artigos 86 e 87, Inciso II da Lei Federal nº 8666/93 e 54 do Decreto Municipal 44.279/03, alterado pelo Decreto Municipal 47.014/06, que regulamenta a Lei Municipal 13.278/02 pela competência delegada através da Portaria nº 15/2017 – HSPM, publicada no D.O.C. de 24 de janeiro de 2017. Outrossim, fica V.Sª, intimada para oferecer Defesa Prévia, se assim o desejar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos termos do previsto § 2º do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações, a qual poderá ser protocolizada junto à Seção de Protocolo, Distribuição e Arquivo, desta Autarquia na Rua Castro Alves, nº 63/73, 6º andar, Aclimação, São Paulo.

SCORPION INFORMÁTICA LTDA – ME

Notificação de penalidade - Nota Fiscal 4946

NOTIFICAMOS Vossa Senhoria que essa empresa encontra-se na iminência de ser apenada com multa no montante de 3,5% sobre o valor de R\$ 4.020,00 (quatro mil e vinte reais) em virtude do atraso na entrega do item constante naNota de Empenho nº 2259/2017, prevista no subitem 20.4 do item 20.1 da Cláusula 20 - PENALIDADES do Edital de Pregão Eletrônico nº 279/2017, Processo Administrativo nº 6210.2017/0004033-0, que está com vistas franqueadas, fazendo-o com fundamento nos artigos 86 e 87, Inciso II da Lei Federal nº 8666/93 e 54 do Decreto Municipal 44.279/03, alterado pelo Decreto Municipal 47.014/06, que regulamenta a Lei Municipal 13.278/02 pela competência delegada através da Portaria nº 15/2017 – HSPM, publicada no D.O.C. de 24 de janeiro de 2017. Outrossim, fica V.Sª, intimada para oferecer Defesa Prévia, se assim o desejar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos termos do previsto § 2º do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações, a qual poderá ser protocolizada junto à Seção de Protocolo, Distribuição e Arquivo, desta Autarquia na Rua Castro Alves, 63/73, 6º andar, Aclimação, São Paulo.

SUL COM ATACADO E VAREJO LTDA - EPP

Notificação de penalidade - Nota Fiscal 44

NOTIFICAMOS Vossa Senhoria que essa empresa encontra-se na iminência de ser apenada com multa no montante de 2,5% sobre o valor de R\$ 1.068,00 (um mil e sessenta e oito reais) em virtude do atraso na entrega do item constante na Nota de Empenho nº 2177/2017, prevista no subitem 20.4 do item 20.1 da Cláusula 20 - PENALIDADES do Edital de Pregão Eletrônico nº 279/2017, Processo Administrativo nº 6210.2017/0003805-0, que está com vistas franqueadas, fazendo-o com fundamento nos artigos 86 e 87, Inciso II da Lei Federal nº 8666/93 e 54 do Decreto Municipal 44.279/03, alterado pelo Decreto Municipal 47.014/06, que regulamenta

a Lei Municipal 13.278/02 pela competência delegada através da Portaria nº 15/2017 – HSPM, publicada no D.O.C. de 24 de janeiro de 2017. Outrossim, fica V.Sª, intimada para oferecer Defesa Prévia, se assim o desejar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos termos do previsto § 2º do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações, a qual poderá ser protocolizada junto à Seção de Protocolo, Distribuição e Arquivo, desta Autarquia na Rua Castro Alves, 63/73, 6º andar, Aclimação, São Paulo.
ANDERSON HENRIQUE DA SILVA MORAES - ME

Notificação de penalidade - Nota Fiscal 2350

NOTIFICAMOS Vossa Senhoria que essa empresa encontra-se na iminência de ser apenada com multa no montante de 1,5% sobre o valor de R\$ 498,00 (quatrocentos e noventa e oito reais) em virtude do atraso na entrega do item constante na Nota de Empenho nº 1870/2017, prevista no subitem 20.4 do item 20.1 da Cláusula 20 - PENALIDADES do Edital de Pregão Eletrônico nº 220/2017, Processo Administrativo nº 6210.2017/0003370-9, que está com vistas franqueadas, fazendo-o com fundamento nos artigos 86 e 87, Inciso II da Lei Federal nº 8666/93 e 54 do Decreto Municipal 44.279/03, alterado pelo Decreto Municipal 47.014/06, que regulamenta a Lei Municipal 13.278/02 pela competência delegada através da Portaria nº 15/2017 – HSPM, publicada no D.O.C. de 24 de janeiro de 2017. Outrossim, fica V.Sª, intimada para oferecer Defesa Prévia, se assim o desejar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos termos do previsto § 2º do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações, a qual poderá ser protocolizada junto à Seção de Protocolo, Distribuição e Arquivo, desta Autarquia na Rua Castro Alves, 63/73, 6º andar, Aclimação, São Paulo.

ML RODRIGUES COMERCIAL LTDA ME

NOTIFICAÇÃO DE PENALIDADE – NOTA FISCAL 3139

NOTIFICAMOS Vossa Senhoria que essa empresa encontra-se na iminência de ser apenada com multa no montante de 2,5% sobre o valor de R\$ 2.620,00 (dois mil, seiscentos e vinte reais) conforme anexo da Nota de Empenho nº 2249/2017, em virtude do atraso na entrega do item constante na Nota Fiscal nº 3139, Processo Administrativo nº 6210.2017/0003901-4, que está com vistas franqueadas, fazendo-o com fundamento nos artigos 86 e 87 inciso II, da Lei Federal nº 8666/93, e 54 do Decreto Municipal 44.279/03, alterado pelo Decreto Municipal 47.014/06, que regulamenta a Lei Municipal 13.278/02 e suas alterações. Outrossim, fica V.Sª, intimada para oferecer Defesa Prévia, se assim o desejar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos termos do previsto § 2º do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações, a qual poderá ser protocolizada junto à Seção de Protocolo, Distribuição e Arquivo, desta Autarquia na Rua Castro Alves, Castro Alves, 63/73, 6º andar, Aclimação, São Paulo. .

BUFFALO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME

Notificação de penalidade – Nota Fiscal nº 65

NOTIFICAMOS Vossa Senhoria que essa empresa encontra-se na iminência de ser apenada com multa no montante de 15% sobre o valor de R\$ 1.750,00 (um mil, setecentos e cinquenta reais) em virtude da inexecução parcialna entrega do item constante na Nota Fiscal supra citada, previsto no subitem 20.6 do item 20.1 da Cláusula 20 – PENALIDADES, do Edital de Pregão nº 187/2017, Nota de Empenho nº 1720/2017, Processo Administrativo nº 6210.2017/0003902-2, que está com vistas franqueadas, fazendo-o com fundamento nos artigos 86 e 87, Inciso II da Lei Federal nº 8666/93 e 54 do Decreto Municipal 44.279/03, alterado pelo Decreto Municipal 47.014/06, que regulamenta a Lei Municipal 13.278/02 pela competência delegada através da Portaria nº da Portaria nº 15/2017 – HSPM, publicada no D.O.C. de 24 de janeiro de 2017. Outrossim, fica V.Sª, intimada para oferecer Defesa Prévia, se assim o desejar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos termos do previsto § 2º do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações, a qual poderá ser protocolizada junto à Seção de Protocolo, Distribuição e Arquivo, desta Autarquia na Rua Castro Alves, 63/73, 6º andar, Aclimação, São Paulo.

Em atendimento a solicitação do Departamento de Apoio Técnico, seguem as Notificações:

Em virtude do atraso na entrega dos produtos discriminados nas Notas Fiscais nº 000000473 e 000000486, a empresa VILA GUGU CARNES EIRELI - EPP fica notificada que está na iminência de ser penalizada no importe de R\$ 12,65 (doze reais e sessenta e cinco centavos), que corresponde a 0,5% do valor da Nota Fiscal nº 000000473 e no importe de R\$ 3,23 (três reais e vinte e três centavos) que corresponde a 1,0% do valor da Nota Fiscal nº 000000486, com base na Cláusula Sexta – Penalidades, item 6.2, subitem 6.2.2 do Termo de Contrato nº 008/2017 do Pregão Eletrônico nº 315/2016, Processo nº 6210.2017/0003890-5. Fica concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para Defesa Prévia, a qual deverá ser protocolada pessoalmente junto à Seção de Protocolo, Distribuição e Arquivo desta Autarquia, na Rua Castro Alves nº 63/73, 6º andar – Aclimação – São Paulo/SP.

Em virtude do atraso na entrega do produto discriminado na Nota Fiscal nº 0093334, a empresa SOLUMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA fica notificada que está na iminência de ser penalizada no importe de R\$ 213,60 (duzentos e treze reais e sessenta centavos), que corresponde a 20% do valor da referida Nota Fiscal, com base na Cláusula Oitava – Das Penalidades, item 8.1, subitem 8.1.3 da ATA de Registro de Preço nº 163/2017 – SMS-G, Processo nº 6210.2017/0004116-7. Fica concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para Defesa Prévia, a qual deverá ser protocolada pessoalmente junto à Seção de Protocolo, Distribuição e Arquivo desta Autarquia, na Rua Castro Alves nº 63/73, 6º andar – Aclimação – São Paulo/SP.

Em virtude do atraso na entrega do produto discriminado na Nota Fiscal nº 256290, a empresa GEOLAB INDÚSTRIA FARMACÊUTICA S. A. fica notificada que está na iminência de ser penalizada no importe de R\$ 9,12 (nove reais e doze centavos), que corresponde a 5% do valor da referida Nota Fiscal, com base na Cláusula Oitava – Das Penal